



**TERMO DE PERMISSÃO DE USO NÃO  
QUALIFICADA Nº 02/2013-SEPLAN,  
VISANDO À INSTALAÇÃO DE TERMINAL  
DE AUTOATENDIMENTO (TAA) NO  
PALÁCIO DO BURITI, ANEXO I, DO GDF.**

**Processo nº 410.001.591 /2012.**

O Distrito Federal, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.230.476/0001-07, neste ato representada por **LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO**, portador da cédula de identidade RG nº 750249, expedida pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 318.800.881-34, na qualidade de Secretário de Estado de Planejamento e Orçamento, conforme delegação de competência prevista no artigo 31º do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, doravante denominada **PERMITENTE**, PERMITE ao **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 759, de 12.08.1969 e do Decreto nº. 66.303, de 06.03.1970, regendo-se, presentemente, pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº. 6.473, de 05.06.2008, por intermédio de sua Gerência de Filial – Logística em Brasília – GILOG/BR, CNPJ nº 00.360.305/2660-58, localizada no Centro Empresarial José Alencar Gomes da Silva, SEPN 512, Lote 01 e 02, Asa Norte, Brasília – DF, doravante denominado **PERMISSIONÁRIO**, representada pelo Gerente de Filial, o Sr. **BRUNO SILVA DA SILVEIRA**, brasileiro, solteiro, economiário, portador da cédula de identidade RG nº 1812680 - SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 875.638.861-68, conforme substabelecimento de procuração lavrado em 08/08/2012, no Cartório do 2º Tabelião de Notas e Protesto de Brasília, Distrito Federal, às fls. 116 do livro 2964, acordam, nos termos da Decisão nº 131/2003-TCDF, em utilizar suas instalações nas seguintes condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto**

A presente Permissão de Uso Não Qualificada tem por objeto o uso de espaço correspondente a 02 (dois) m<sup>2</sup> de área, para instalação de 01 (um) Ponto de Atendimento Eletrônico da Caixa Econômica Federal, no prédio do Palácio do Buriti, Anexo I, Restaurante, Eixo Monumental, Zona Cívico



Administrativa, em Brasília-DF, efetuada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento à **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA**, conforme o Termo de Referência fls. 63 a 70 e o disposto na Decisão nº 131/2003-TCDF, no Art. 48 da Lei Orgânica do Distrito Federal e no Art. 25, Caput, da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - Do Prazo de Vigência**

O presente Termo terá prazo de indeterminado, dada a precariedade e a transitoriedade deste ato de permissão de uso não qualificada, devendo a remoção dos permissionários pela Administração ocorrer, a qualquer tempo, sempre que o interesse público exigir, sem a necessidade de indenização por parte da Administração Pública ao Permissionário, conforme entendimento previsto na Decisão nº 131/2003-TCDF.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – Do Valor**

3.1 Esta Permissão de Uso não qualificada dar-se-á de forma gratuita, revertendo ao Distrito Federal todas as benfeitorias realizadas pelo PERMISSIONÁRIO, quando da rescisão deste instrumento de permissão; e

3.2 O PERMISSIONÁRIO fica autorizado a realizar, na área de instalação, as obras de adequação necessárias ao fim de que se destina.

#### **CLÁUSULA QUARTA – Das Obrigações do Permissionário**

I - Cobrir toda e qualquer despesa relativa à manutenção do objeto desta Permissão, bem como os danos porventura causados por seus agentes;

II - Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que por ventura seja causado em decorrência do mau uso do objeto da permissão, inclusive a terceiros;

III - Cumprir, através de seus prepostos, as normas administrativas e de segurança da PERMITENTE;

IV - Comunicar com antecedência à PERMITENTE acerca de adaptações que por ventura se fizerem necessárias para o bom desempenho de suas atividades específicas, sujeitando-se a sua posterior deliberação e autorização;

V - Solicitar o PERMITENTE, formal e tempestivamente autorização para instalação de equipamento cujo funcionamento acarrete sobrecarga na corrente elétrica e afixação/instalação, na parte externa do espaço físico ora cedido, de aviso, notícia, placa, toldo e sinal escritos ou pintados, salvo na portaria do edifício;





- VI - Informar ao PERMITENTE acerca do surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a ela incumba, bem com as eventuais turbações de terceiros;
- V - Consultar o PERMITENTE antes de proceder a qualquer alteração futura da área objeto da permissão;
- VI - Entregar ao PERMITENTE o objeto de permissão, em perfeito estado de conservação, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação comunicando a revogação deste instrumento;
- VII - Assumir os ônus e riscos relativos à segurança;
- VIII - Ressarcir os danos eventualmente causados ao PERMITENTE;
- IX - Instalar e desinstalar o TAA sem ônus para o PERMITENTE;
- X - Cientificar o PERMITENTE sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ela, PERMISSIONÁRIO;
- XI - Instalar o equipamento no espaço cedido, em bom estado de funcionamento, ressalvadas as deteriorações naturais do uso regular.
- 5.1 - É vedada a modificação ou transferência de destinação, assim como a Permissão, a qualquer título, da área ocupada a terceiros.
- 5.2 A PERMITENTE não se responsabiliza pelas ocorrências de furtos, roubos ou danos ocorridos na área objeto da presente permissão.

#### **CLÁUSULA QUINTA – Da Dissolução**

A Permissão de Uso não qualificada poderá ser dissolvida a qualquer tempo, devendo a remoção dos permissionários pela Administração ocorrer, a qualquer tempo, sempre que o interesse público exigir, sem a necessidade de indenização por parte da Administração Pública ao Permissionário, conforme entendimento previsto na Decisão nº 131/2003-TCDF.

#### **CLÁUSULA SEXTA - Da Rescisão Unilateral**

O Distrito Federal poderá rescindir, unilateralmente, a Permissão, verificado o descumprimento de quaisquer das cláusulas constantes deste Termo, ou ainda a superveniência de norma legal que impeça sua continuidade.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – Do Executor**

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, designará um Executor para a presente



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E  
ORÇAMENTO



Permissão, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

**CLÁUSULA OITAVA - Da Publicação e do Registro**

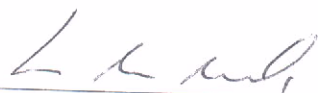
A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela PERMITENTE.

**CLÁUSULA NONA - Do Foro**

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

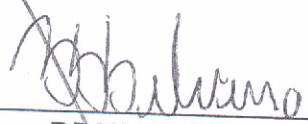
Brasília, 26 de fevereiro de 2013.

Pelo Distrito Federal:

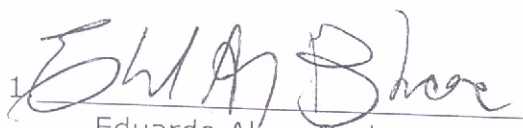
  
\_\_\_\_\_  
**LUIZ PAULO BARRETO**


Secretário de Estado de Planejamento e Orçamento


Pelo PERMISSIONÁRIO:

  
\_\_\_\_\_  
**BRUNO SILVA DA SILVEIRA**  
Gerente de Filial

Testemunhas:

1.   
\_\_\_\_\_  
Eduardo Alves Barbosa  
CPF/MF nº: 699.739.201-63

2.   
\_\_\_\_\_  
Antônio Carlos Ibiapina  
CPF/MF: 396.870.823-72

Folha nº: 163  
Processo nº: 410.001.591/2012  
Rubrica:  Matrícula: 125617-3



LÊ: "...NILTON REIS LORENZETTI DE CARVALHO", LÊIA-SE: "...NILTON REIS BATISTA JUNIOR...".

## SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

### EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO NÃO QUALIFICADA Nº 2/2013

Processo: 410.001.591/2012. Partes: SEPLAN x CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA. Objeto: A presente Permissão de Uso Não Qualificada tem por objeto o uso de espaço correspondente a 02 (dois) m² de área, para instalação de 01 (um) Ponto de Atendimento Eletrônico da Caixa Econômica Federal, no prédio do Palácio do Buriti, Anexo I, Restaurante, Eixo Monumental, Zona Cívico Administrativa, em Brasília-DF, efetuada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, conforme o Termo de Referência fls. 63 a 70 e o disposto na Decisão nº 131/2003-TCDF, no Art. 48 da Lei Orgânica do Distrito Federal e no Art. 25, Caput, da Lei nº 8.666/1993. Prazo de Vigência: O presente Termo terá prazo de vigência indeterminado, dada a precariedade e a transitoriedade deste ato de permissão de uso não qualificada, devendo a remoção dos permissionários pela Administração ocorrer, a qualquer tempo, sempre que o interesse público exigir, sem a necessidade de indenização por parte da Administração Pública ao permissionário, conforme entendimento previsto na Decisão nº 131/2003-TCDF. Valor: 3.1. Esta Permissão de Uso não qualificada dar-se-á de forma gratuita, revertendo ao Distrito Federal todas as benfeitorias realizadas pelo PERMISSIONÁRIO, quando da rescisão deste instrumento de permissão, e 3.2. O PERMISSIONÁRIO fica autorizado a realizar, na área de instalação, as obras de adequação necessárias ao fim de que se destina. Assinatura: 26/02/2013. Signatários: Luiz Paulo Barreto, na qualidade de Secretário de Estado e Bruno Silva da Silveira, na qualidade de Gerente de Filial.

### RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo: 410.001.591/2012. Interessado: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. Assunto: Celebração de Permissão de Uso Não Qualificada. O Subsecretário de Administração Geral desta Secretaria considerando a justificativa da Diretoria de Administração do Anexo do Buriti-DIANEXO, a análise realizada pela Unidade de Coordenação e Administração de Contratos e Convênios, às fls. 137/144 e 152/153, dada a manifestação da Assessoria Jurídico-Legislativa desta Secretaria às fls. 145/151 e o Parecer nº 772/2012-PROCAD/PGDF (fls. 27/38), constantes do presente processo, AUTORIZOU a inexigibilidade de licitação, tendo por base as disposições do caput do art. 25, c/c art. 26, da Lei nº 8.666/93, para a celebração do TERMO DE PERMISSÃO DE USO NÃO QUALIFICADA com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, que tem por objeto o uso de espaço correspondente a 02 (dois) m² de área, para instalação de 01 (um) Ponto de Atendimento Eletrônico da Caixa Econômica Federal, no prédio do Palácio do Buriti, Anexo I, Restaurante, Eixo Monumental, Zona Cívico Administrativa, em Brasília-DF, efetuada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, conforme o Termo de Referência fls. 63 a 70 e o disposto na Decisão nº 131/2003-TCDF, no Art. 48 da Lei Orgânica do Distrito Federal e no Art. 25, Caput, da Lei nº 8.666/1993. O presente Termo terá prazo de vigência indeterminado, podendo a remoção do Permissionário pela Administração ocorrer, a qualquer tempo, a critério da Administração Pública PERMITENTE, sem a necessidade de indenização por parte da Administração Pública ao PERMISSIONÁRIO, conforme entendimento previsto na Decisão nº 131/2003-TCDF. Esta Permissão de Uso dar-se-á de forma gratuita, revertendo ao Distrito Federal todas as benfeitorias realizadas pelo PERMISSIONÁRIO, quando da rescisão do contrato, e o PERMISSIONÁRIO fica autorizado a realizar, na área de instalação, as obras de adequação necessárias ao fim de que se destina. Diante do exposto, RATIFICO o aludido ato de Autorização nos termos do Caput do artigo 25 c/c artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e determino a sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, para que adquira a necessária eficácia e restitua-se os autos à UCACC, para as demais providências administrativas cabíveis. Brasília/DF, 22 de fevereiro de 2013. Luiz Paulo Barreto - Secretário de Estado.

### SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS COORDENAÇÃO DE PREGÕES

#### AVISO DE LICITAÇÃO NOVA ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2013.

O PREGOEIRO torna público para conhecimento dos interessados, que a sessão pública para realização do Pregão supracitado, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva com reposição de peças em equipamentos de monitoração, gravação e transmissão de imagens, instalados na Polícia da PCDF e replicadoras de marca VERTEX, processos nº 052.000210/2011 e 052.000142/2012, inicialmente marcada para às 09h00min do dia 04 de março de 2013, fica ADIADA, para 09h00min do dia 15 de março de 2013, uma vez que o edital não foi disponibilizado no sistema e-compras. O edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico [www.compras.df.gov.br](http://www.compras.df.gov.br). Informações referentes ao cadastro ou ao site através do telefone 3312.5325/3312.5329.

Brasília/DF, 4 de março de 2013.  
AUGUSTO CÉSAR PIRES ARANHA

#### AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2013.

A PREGOEIRA comunica aos interessados que o Pregão em epígrafe, cujo objeto é Aquisição de material educativo e desportivo (calçado desportivo: tênis para atividades gerais e futsal; uniforme desportivo: bermuda, boné, conjunto agasalho, calça para goleiro, colete para futebol de campo, calça e gorro operacional, calção para futebol, basquetebol, futsal e voleibol; camiseta para atleta, equipe de coordenação, futebol, futsal, voleibol e basquetebol; camiseta malha fria, meião para futebol, futsal, basquetebol e voleibol; uniforme para futebol de campo; bolas de futebol, futsal, pebolim e tênis; obreira, apito, bolsa esportiva, bomba de encher bola, calibrador digital, cartão para árbitro, cotoveleira, faixa de capitão, identificador para atletismo, rede para vôlei, futebol de campo e futsal, luva para goleiro e jogo pedagógico; premiações: medalha e troféu), conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I do Edital, encontra-se adiado "Sine Die", tendo em vista que os questionamentos apresentados no sistema e-compras não foram respondidos pelo órgão solicitante. Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Processos nºs 050.000.194/2012-SSP/DF, 134.000.886/2012-RA-V, 380.002.156/2012-SEDEST e 417.000.595/2012- SECRIANCA.

Brasília/DF, 4 de março de 2013  
RITA DE CÁSSIA GODINHO DE CAMPOS

#### AVISOS DOS RESULTADOS DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 587/2012.

O PREGOEIRO comunica que o Resultado de Julgamento do Pregão acima citado, encontra-se disponível no sistema eletrônico, no site: [www.compras.df.gov.br/licitações/andamento](http://www.compras.df.gov.br/licitações/andamento). Processo 411.000073/2012.

Brasília/DF, 4 de março 2013.  
AUGUSTO CÉSAR PIRES ARANHA

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2012.

A PREGOEIRA comunica aos interessados que o resultado do julgamento do Pregão supra, processo 052.000.572/2012, encontra-se disponível no sistema eletrônico, no site: [www.compras.df.gov.br/licitações/andamento](http://www.compras.df.gov.br/licitações/andamento).

Brasília/DF, 4 de março de 2013.  
CLEONICE NERI DOS SANTOS

## SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 400.000.496/2012; Interessado: SEJUS; Assunto: CONTRATAÇÃO VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS A ATIVIDADES DE REPROGRAMAÇÃO, ENTREGA DE DOCUMENTOS, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, RECOLHIMENTO DE BENS INSERVÍVEIS, COPEIRAGEM E SERVIÇOS GERAIS. Justificativa, nos termos do Inciso II, do Artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, para que adquira eficácia necessária, a dispensa de licitação de que trata o presente processo, referente à Nota de Empenho nº 2013NE000084, no valor total de R\$ 1.576.000,00 (Um milhão quinhentos e setenta e seis mil reais), em favor da FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL. Determino a respectiva publicação no Diário Oficial do DF, para que adquira a necessária eficácia. Em 1º de março de 2013. Alirio de Oliveira Neto - Secretário de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania.

## SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL

### AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

#### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS Nº 9912290729. QUE ENTRE SI CELEBRAM, A AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT.

Processo 361.001.415/2011. Objeto: O presente Termo Aditivo objetiva a prorrogação da vigência do contrato original por mais 12 meses. Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais cláusulas e condições do contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento. A despesa correrá por conta do Programa de Trabalho: 04.122.6003.8517.9642, Natureza da Despesa: 3.3.90.39 e Fonte de Recursos: 100. Unidade Gestora: 110201, Gestão: 11201. Nota de Empenho nº 2013NE000044, de 15/02/2013 no valor de R\$ 220.656,20, na Modalidade: estimativo. Data de assinatura do Primeiro Termo Aditivo: 26/02/2013. Vigência: 27/02/2013 a 26/02/2014. Assinatura pela AGEFIS: Gleiston Marcos de Paula e pela ECT: Thais Oliveira de Almeida e Mellizandra Jayme Bueno.



VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., contrato nº 27/2010, processo nº 410.001.306/2010, TÉCNICA CONSTRUÇÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA., contrato nº 06/2010, processo nº 410.000.877/2009, composta por ROSIMEIRE PAIVA DA SILVA, Assessor Especial, CPF: 371.330.553-68, matrícula 026 467-30, TAYNÁ DE SOUZA E SILVA, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, CPF: 699 112 071-53, matrícula 174 678-2, JOSÉ ELENILSON DE SA CÉSAR, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, CPF: 443 885.191-20, matrícula 1 401 200-6, JOANA D'ARC DAMASCENO CAVALCANTE, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, CPF: 611 521 611-72, matrícula 1 431.172-0; DEBORA REGINA DIAS DA SILVA MOUTA, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, CPF: 569.948.265-20, matrícula 174 746-0; FRANKLIN RORIZ TORMIN, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, CPF: 699 442 531-20, matrícula 1 431 179-8; JOSÉ FRANCISCO PORTELA FONTINELE, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, CPF: 892 191 551-68, matrícula 1 430.918-1 em substituição à comissão publicada por meio da Ordem de Serviço de nº 118, de 31 de maio de 2012.

Art. 2º Atribuir à servidora ROSIMEIRE PAIVA DA SILVA, Assessor Especial, CPF: 371.330.553-68, matrícula 026 467-30, a Presidência da presente Comissão.

Art. 3º Os servidores de que tratam o artigo 1º deverão observar o disposto no artigo 67 da Lei nº 8 666, de 21 de junho de 1993, c/c o inciso II e parágrafo 3º do artigo 13, do Decreto nº 16 098, de 29 de novembro de 1994, Portaria nº 29-SGA, de 25 de fevereiro de 2004 e Portaria nº 125-SGA, de 30 de abril de 2004.

Art. 4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO COUTO RIBEIRO

#### ORDEN DE SERVIÇO Nº 80, DE 05 DE MARÇO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, conforme artigo 7º do Anexo ao Decreto nº 31 085 de 26 de novembro de 2009, que aprovou o Regimento Interno desta Secretaria, c/c o artigo 26, parágrafo 1º, inciso II do Decreto nº 32 716/2011 de 1º de janeiro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo, para atuarem respectivamente, como executores e suplentes locais, do Contrato nº 29/2012 - SEPLAN, firmado entre o Distrito Federal por meio desta Secretaria e a empresa SERVEGEL - APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA., que tem por objeto a prestação de serviços de limpeza e conservação nos próprios do Governo do Distrito Federal, em caráter emergencial, conforme processo nº 410.001.342/2012. HERNANE CANDIDO DE SANTANA JÚNIOR, Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental, matrícula 107 175-0, CPF nº 556 038 401-10 e DANIEL RODRIGUES DA SILVA, Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental, matrícula 34.003-0, CPF nº 310 215 221-04, no âmbito da Administração Regional de Sobradinho II, CAROLINA YOSHII GALLI, Chefe da UAMA, matrícula 171.896-7, CPF nº 006 682 541-57 e JOSÉ RODRIGUES DE ALMEIDA FILHO, Técnico Administrativo, matrícula 198.117-X, CPF nº 645 808 571-00, no âmbito do UAMA - Gama, HUDSON BATISTA RAMOS, Chefe da Unidade, matrícula 172 577-7, CPF nº 722 707 301-78 e MARIANA MATOS VIDAL, Técnico Administrativo, matrícula 198 112-9, CPF nº 726 313 251-68, no âmbito do UAMA - Paranoá;

Art. 2º Os servidores de que tratam o artigo 1º deverão observar o disposto no artigo 67 da Lei nº 8 666/93, de 21 de junho de 1993, c/c o inciso II e parágrafo 5º do art. 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, Portaria nº 29-SGA, de 25 de fevereiro de 2004, Portaria nº 125-SGA, de 30 de abril de 2004 e Portaria nº 222-SEPLAG, de 31 de dezembro de 2010.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições ao contrário.

Art. 4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO COUTO RIBEIRO

#### ORDEN DE SERVIÇO Nº 81, DE 07 DE MARÇO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, conforme artigo 7º do Anexo ao Decreto nº 31.085 de 26 de novembro de 2009, que aprovou o Regimento Interno desta Secretaria, c/c o artigo 26, parágrafo 1º, inciso II do Decreto nº 32.716/2011 de 1º de janeiro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º Designar EDUARDO ALVES BARBOSA, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, CPF: 699.739.201-63, matrícula 1.430.804-5, ANTÔNIO CARLOS ALENCAR IBIAPINA, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, CPF: 396.870.823-72, matrícula 125 617-3, MONISE CARRIJO FERNANDES DA FONSECA, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, CPF: 709.495.221-04, matrícula 1 430.933-5, e ROBSON LIMA CAVALCANTE, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, CPF: 908.350.261-91, matrícula 1 431.171-2, para comporem, Comissão Executora da permissão de uso não qualificada nº 02/2013-SEPLAN, firmado com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, processo nº 410.001.591/2012.

Art. 2º Os servidores de que tratam o artigo 1º deverão observar o disposto no artigo 67 da Lei nº 8 666/93, de 21 de junho de 1993, c/c o inciso II e parágrafo 5º do art. 41, do Decreto nº 32 598, de 15 de dezembro de 2010, Portaria nº 29-SGA, de 25 de fevereiro de 2004, Portaria nº 125-SGA, de 30 de abril de 2004 e Portaria nº 222-SEPLAG, de 31 de dezembro de 2010.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se todas as disposições ao contrário.

JOSÉ EDUARDO COUTO RIBEIRO

#### ORDEN DE SERVIÇO Nº 82, DE 05 DE MARÇO DE 2013

O SUBSECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, conforme artigo 7º do Anexo ao Decreto nº 31 085 de 26 de novembro de 2009, que aprovou o Regimento Interno desta Secretaria, c/c o artigo 26, parágrafo 1º, inciso II do Decreto nº 32 716/2011 de 1º de janeiro de 2011, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores relacionados abaixo, para atuarem respectivamente, como executores e suplentes locais, do Contrato nº 36/2010 - SEPLAN, firmado entre o Distrito Federal por meio desta Secretaria e a empresa BRASFORT EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, que tem por objeto a prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, Lote 04, para diversos órgãos do Governo do Distrito Federal - conforme processo nº 410.001.309/2010. IRVAL MIRANDA DE ARAÚJO, Assessor Técnico, matrícula nº 261 236-4, CPF nº 012.795.722-72 e JOSÉ HENRIQUE DE SOUZA, Técnico em Atividades Culturais, matrícula 650 278-0, CPF nº 209 780 571-04 no âmbito do Centro Olímpico de Planaltina; HERNANE CANDIDO DE SANTANA JÚNIOR, Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental, matrícula 107.175-0, CPF nº 556.038.401-10 e DANIEL RODRIGUES DA SILVA, Técnico em Políticas Públicas e Gestão Governamental, matrícula 34.003-0, CPF nº 310.215.221-04, no âmbito da Administração Regional de Sobradinho II, Art. 2º O servidor de que trata o artigo 1º deverá observar o disposto no artigo 67 da Lei nº 8 666/93, de 21 de junho de 1993, c/c o inciso II e parágrafo 5º do art. 41, do Decreto nº 32 598, de 15 de dezembro de 2010, Portaria nº 29-SGA, de 25 de fevereiro de 2004, Portaria nº 125-SGA, de 30 de abril de 2004 e Portaria nº 222-SEPLAG, de 31 de dezembro de 2010.

Art. 3º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se todas as disposições ao contrário.

JOSÉ EDUARDO COUTO RIBEIRO

#### DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

#### ORDEN DE SERVIÇO Nº 03, DE 07 DE MARÇO DE 2013

A DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 19 do Decreto nº 31.452, de 22 de março de 2010, que regulamenta a Lei nº 4 426/2009, RESOLVE: CONCEDER Gratificação de Titulação, nos termos dos artigos 25 e 29 da Lei 4 426/2009, regulamentada pelo Decreto nº 31.452/2010, aos servidores abaixo relacionados. Os efeitos financeiros passam a contar a partir da data do requerimento do servidor. Relação por nome de servidor, cargo, matrícula, título, percentual, data de vigência, nº do processo. ARLETE OLIVEIRA SANTOS GONDAR, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, 124.604-6, Pós-Graduação, 15%, 06/03/2013, 410.000.611/2010; BELINDA MOREIRA DE OLIVEIRA SANTOS, Inspetor Técnico de Controle Interno, 30.861-7, Pós-Graduação, 15%, 04/03/2013, 410.000.295/2010; CHRISTIAN MICHAEL POPOV, Analista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, 1.431.326-X, Pós-Graduação, 15%, 07/03/2013; IONE DO CARMO, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, 1.430.954-8, Pós-Graduação, 15%, 1º/03/2013, 410.000.238/2010; e MARIA DO ROSÁRIO LIMA DE ARAUJO DA COSTA, Inspetor Técnico de Controle Interno, 30.868-4, Pós-Graduação, 15%, 29/01/2013, 040.000.167/2010.

LEDAMAR SOUSA RESENDE

### SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE

#### PORTARIA Nº 65, DE 06 DE MARÇO DE 2013.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais conferidas pelo Decreto nº 26 688, de 29 de março de 2006, com fundamento no artigo 41, do Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010 que trata das Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal, RESOLVE:

Art. 1º Designar RICARDO POTIGUARA PINHEIRO DE ARAUJO SÁ, matrícula 263 103-2, Diretor do Centro Olímpico de Sobradinho I, para acompanhar e fiscalizar na condição de Executor Local o apoio ao Evento "1ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Jiu-Jitsu 2013", a realizar-se nos dias 09 e 10/03/2013, no Ginásio de Esportes do Cruzeiro, conforme instrução dos autos 220.000.177/2013 e da Ordem de Serviço nº 44/2013-SUEL e de acordo com o Contrato de Prestação de Serviços nº 45/2012-SESP/DF, celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Esporte e a Empresa Mistral Eventos Ltda., constante dos autos 220.000.103/2013 e da Ordem de Serviço nº 45/2013-SUEL e de acordo com o Contrato de Prestação de Serviços nº 48/2012-SESP/DF, celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Estado de Esporte e a Empresa Solucion Logística e Eventos Ltda., constante dos autos 220.000.103/2013.

Art. 2º O servidor designado deverá observar a Legislação Vigente, em especial a Portaria SESP nº 125, de 24 de agosto de 2012, publicada no DODF nº 174, de 27 de agosto de 2012, página 14.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIO CESAR RIBEIRO

#### PORTARIA Nº 67, DE 07 DE MARÇO DE 2013.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais conferidas pelo Decreto nº 34 195, de 06 de março de 2013, com fundamento no